

Handwritten signatures and notes:
me
F2

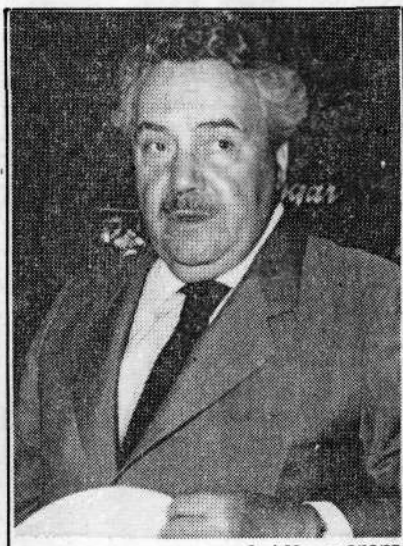
Handwritten signature: Ane

Política

Brossard quer que a lei seja base da ordem

CARLOS CHAGAS

Alerta o ministro Paulo Brossard, da Justiça, para os perigos de uma série de fatores acontecendo ao mesmo tempo no País, em condições de levar-nos ao caos. A paralisação da economia privada, externa e interna, por conta da falta de definições fundamentais a respeito do futuro; o longo tempo de trabalho da Assembléia Nacional Constituinte, ainda sem prazo para a promulgação da nova Constituição; as críticas virulentas e as denúncias impiedosas contra o governo por parte da imprensa e de grupos constituintes, sem nenhum sentido construtivo, mas, ao contrário, dando a impressão de estar a serviço da desagregação; e as greves inadmissíveis em setores essenciais do poder público; isoladamente, cada uma dessas questões poderia ser analisada e solucionada. Juntas, abrem as portas para o imprevisível.



Iuri Moraes 8/12/87

Paulo Brossard

Brossard diz estar convencido da impossibilidade de o País continuar assistindo a movimentos grevistas no serviço público, em especial nos setores ligados à segurança, e no Judiciário. A recente manifestação de soldados e de graduados da Polícia Militar de São Paulo assemelha-se, para ele, a um absurdo. Algo que transcende as raias da lógica. Mas não foi um episódio isolado. A Polícia Civil tem paralisado suas atividades, em outros estados. Juízes do trabalho, recentemente, entraram em greve, no Rio, ameaçando só retornar caso o governo colocasse à disposição deles o prédio do extinto Banco Nacional da Habitação. No Rio Grande do Sul, a Justiça e até a Polícia Civil também pararam. Isso para não falar em funcionários dos mais diferentes setores, do magistério aos hospitais, entregues a sucessivas paralisações como forma de pressionar o poder público ao qual pertencem.

Só há uma saída para que não sejamos levados ao caos e à desagregação, diz o ministro: a aplicação da lei. Por enquanto, ao menos,

República e vê, com satisfação, que Sarney tem batido na mesma tecla. Por isso, poderá ser chamado de autoritário? O que não deseja é a quebra da autoridade, e isso ficou claro nas recomendações que lhe fez para adotar as providências cabíveis sempre que for denunciado um caso de corrupção, praticada à sombra do poder público. A responsabilidade dos culpados, se existirem, e, em contrapartida, também para os autores de denúncias falsas.

Lembra que em seu discurso de posse, em fevereiro de 1986, acentuou estar assumindo para as boas e para as más horas. Ninguém o obrigará a ser ministro, ninguém o manteria no ministério se não fosse de sua vontade. Ali estava, como está, para oferecer completa lealdade ao governo. Assim se mantém, preocupado com o rumo tomado pelo processo político. De vez em quando, pergunta-se a respeito da eleição, hoje, de homens como Raul Pilla, Milton Campos, e Octávio Mangabeira. Teriam eles o respaldo necessário de votos para chegar até mesmo à Câmara dos Deputados, em eleições proporcionais?

as greves são proibidas para funcionários públicos, pertençam eles ao Executivo, ao Judiciário ou ao Legislativo, sejam municipais, estaduais ou federais. Então, não há que contemporar, em especial nos casos onde a atividade funcional interfere diretamente no bem-estar e na segurança da população. É preciso que as autoridades, nos diversos planos e escalões, conscientizem-se da necessidade de aplicar a lei. Punir, se for preciso, de maneira inflexível.

Se a lei é ruim, defasada ou perniciosa, acentua Brossard, que se mude a lei. Aí está a Assembléia Nacional Constituinte, elaborando um trabalho amplo, a ser seguido, depois, pela atualização da legislação ordinária. O que for decidido pelos constituintes e, depois, pelo Congresso, deve ser respeitado. Mas tanto quanto a lei futura não poderá, também a lei atual não pode permanecer ao arrepio dos fatos. Seguido esse caminho, haverá saída. Caso contrário, iremos para uma das piores crises da História.

Com base no raciocínio acima exposto, quase um desabafo, o ministro da Justiça salienta a disposição de permanecer onde sempre esteve, pela preservação da lei. Negou-se a receber os grevistas da Justiça do Trabalho fluminense e não fará exceções. A autoridade só é preservada se ficar nesses limites, compreende o espírito de conciliação e tolerância do presidente da

Duvida, reconhecendo a ebulção por que passa o País. Foi um dos primeiros a alertar para impasses econômicos profundos, como alto nível dos juros, ainda que a matéria econômica não lhe diga respeito. Há anos que não entra um dólar de investimento externo, entre nós, ao tempo em que empresários nacionais também mantêm em suspenso seus planos de expansão. Não dá para continuar desse jeito, se a Assembléia Nacional Constituinte protelar seus trabalhos, sem prazo, e, em especial, se fixar eleições presidenciais para este ano. Concorde em gênero, número e grau com o teor de informações publicadas na imprensa, atribuindo ao presidente da República a previsão de que o País ficará ingovernável caso as campanhas se abram sem tempo para a votação de um número mínimo de leis complementares e ordinárias capazes de explicitar as normas da nova Constituição.

E acrescenta, diante de críticas veementes e até virulentas feitas ao governo na Assembléia Nacional Constituinte e na imprensa: "O que pretendem? Derrubar o governo imediatamente, hoje? Com que propósitos? Para colocar o que, no lugar? Se estão imaginando golpes militares, perdem tempo. O comportamento das Forças Armadas tem sido exemplar, não só de apoio formal à Nova República, mas de solidariedade. O que viria, então, a não ser a aventura?"